

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE  
PAREDES DE COURA**



**ATA N.º 04/2016  
(Mandato 2013/17)**

**DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2016**

**CONTÉM 23 PÁGINAS**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

ATA N.º 04/2016 DA SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 30 DE SETEMBRO DE 2016 INICIADA ÀS 21h00M E CONCLUÍDA ÀS 24h00.

Sumário

Páginas

<b>= ABERTURA = .....</b>	<b>3</b>
<b>= PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =.....</b>	<b>4</b>
= LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA = .....	4
= APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES = .....	4
= INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS.....	12
= ORDEM DO DIA =.....	16
= INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO =.....	16
= ARU DA COLÓNIA AGRÍCOLA DE VASCÕES =.....	16
=ARU DE RECONVERSÃO DE UNIDADES INDUSTRIAIS ABANDONADAS EM HORTO PEDAGÓGICO= .....	17
= ARU DO ANTIGO SANATÓRIO = .....	18
= ARU DA CASA GRANDE DE ROMARIGÃES = .....	18
= ARU DA CASA DO OUTEIRO =.....	18
= ARU DO CAMINHO DE SANTIAGO =.....	18
= LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS = .....	18
= LANÇAMENTO DE DERRAMA = .....	18
= IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS =.....	20
PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS= .....	22
= 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DA CM DE 2016 =.....	22
= 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PPI DA CM DE 2016= .....	23
= INTERVENÇÃO DO PÚBLICO = .....	23
= ENCERRAMENTO = .....	23



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = ABERTURA =

----- Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis, no Salão Nobre dos Paços do Município, sob a presidência de José Augusto de Brito Pacheco, secretariado por Luísa Maria da Costa Gomes de Castro e Perfeita Barreiro de Araújo Esteves, primeira e segunda secretárias, respetivamente, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal, nos termos do disposto no artigo 27º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, convocada pelo edital do dia dezanove do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis. -----

----- Registou-se a falta dos seguintes membros: André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD); Palmira Ribeiro da Costa (PS); Cláudia Maria Fernandes Soares (PCP) Manuel Fernando Pereira Mendes (PS); e da vereadora Helena Barbosa Ramos Fernandes (PPD/PSD), que nos termos legais, procederam à respetiva justificação.-----

----- Efetuada a chamada registou-se a presença dos seguintes membros: José Augusto Brito Pacheco (PS), José Augusto Viana de Sousa; Rosalina Maria Barbosa Martins (PS), Luís André Varajão Alves (PPD/PSD); Manuel José Miranda (PS); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Luisa Maria da Costa Gomes de Castro (PS); Perfeita Barreiro de Araújo Esteves (PS); Hélder António de Barros Moreira Pedreira (PPD/PSD); José Augusto Amorim Oliveira (PS); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); Eduardo Daniel Esteves Cerqueira (PS); Maria Rosa Araújo Ribas (PPD/PSD); João Barbosa Cerqueira (PS); Celestino Rodrigues (PS); Manuel Martins Rodrigues (PPD/PSD); Manuel Lopes Fernandes (PS); Celso Guerreiro Barbosa (PPD/PSD) Manuel Alfredo Barbosa Nogueira (PS); Manuel Fernando Vaz Barbosa (PS); António José Pinto Fernandes (PPD/PSD); António José de Sousa Alves (PPD/PSD); David José Pires Saraiva (PPD/PSD); Carlos Manuel Gomes Pereira (PS); Amândio Libério Meireles Pinto (PPD/PSD) António Alberto Lebrão Martins Esteves (PS); Moisés Barbosa Vaz Loureiro (PS); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD). -----

----- Do Presidente da Câmara – Vítor Paulo Gomes Pereira - e dos Vereadores Janine da Mata Azevedo Soares (PPD/PSD); Tiago Manuel Pereira da Cunha (PS); e Maria José Brito Lopes Moreira (PS). -----

----- Foi enviada convocatória a José Pereira da Cunha para substituição do membro André Manuel da Silva Rodrigues (PPD/PSD), mas não compareceu, tendo apresentado o pedido de justificação de falta.-----

----- Palmira Ribeiro da Costa (PS) foi substituída por Ivan Mata de Moraes, por impedimento de Iolanda Maria Cerqueira Pereira. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA =

----- O Presidente da Assembleia, verificando haver *quorum*, declarou aberta a sessão. -----

### = LEITURA DO EXPEDIENTE E VOTAÇÃO DA ATA =

----- Ponto n.º 1 – Leitura do expediente, bem como dos anúncios que o regimento impuser, discussão e votação da ata da sessão ordinária realizada no dia 24 de junho de 2016. -----

**A proposta de ata da sessão anterior, oportunamente distribuída e dispensada de leitura, depois de submetida à votação foi aprovada, por unanimidade.**-----

Não votaram os membros que estiveram ausentes da sessão a que a ata respeita. Ivan Mata de Moraes (PS); Manuel José Miranda (PS); Elisabete Bernardina Barbosa Gama (PPD/PSD); Dinis António Sá Fernandes Pereira (PPD/PSD); João Paulo da Cunha Alves (PCP); Fernando Inácio Pereira Fernandes (PPD/PSD).-----

### = APRESENTAÇÃO DE ASSUNTOS RELEVANTES, VOTOS E MOÇÕES =

----- Ponto n.º 2 – Apresentação de assuntos relevantes para o Município e a emissão de votos e moções.-----

----- Não houve intervenções no âmbito dos representantes da Assembleia Municipal em comissões.

----- Na sequência decisão da Assembleia Municipal constituir um grupo de trabalho (GT) com a finalidade de recolher dados sobre o comportamento dos lobos no concelho, foi remetido um questionário às Juntas de freguesia do concelho de Paredes de Coura para informarem: questão 1) qual o número de ataques de lobos a animais e/ou pessoas ocorridos e participados na sua freguesia ou agregação de freguesias, entre 2011 e 2016 e questão 2) qual o número de ataques de lobos a animais e/ou pessoas ocorridos na sua freguesia ou agregação de freguesias entre 2011 e 2016 mas não participados.-----

----- Obteve-se a resposta de: -----

Ferreira, com 4 ataques e 28 cabras mortas;-----

Vascões com 27 casos não participados ao ICNF; -----

A união de freguesias de Bico e Cristelo informou não haver ataques a pessoas, mas apenas a animais, num número estimado de cento e dez ocorrências, quanto à questão 2 informou desconhecer quaisquer casos. -----

A freguesia de Agualonga informou ter havido um ataque de lobos a animais participado e três ataques não participados.-----

O GT obteve, ainda, do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF) as respostas, na sequência do questionário enviado, que se transcrevem a seguir, e que o presidente da Assembleia considerou, nem sempre, muito concretas. -----

MANDATO DE 2013 A 2017



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida agradeceu ao vereador Tiago Cunha o contributo para a elaboração desse questionário. ---

----- Questionário do grupo de trabalho (GP) e resposta do Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas (ICNF).-----

**1. Questão do GP:** Qual o número de ataques de lobos a pessoas e/ou animais participados, de 2011 a 2016, relativamente ao concelho de Paredes de Coura?-----

**Resposta do ICNF:** Entre janeiro de 2011 e maio de 2016 foram participados 246 prejuízos em efetivos pecuários. Em Portugal não existe qualquer registo de ataque de lobos a pessoas. -----

**2. Questão do GP:** Qual a distribuição dos casos anteriores pelas freguesias do concelho? -----

**Resposta do ICNF:** Os prejuízos ocorreram nas freguesias de Agualonga, Bico, Castanheira, Cossourado, Coura, Cristelo, Ferreira, Infesta, Insalde, Padornelo, Parada, Porreiras e Vascões. -----

**3. Questão do GP:** Quantas alcateias estão identificadas atualmente no Concelho de Paredes de Coura?-----

**Resposta do ICNF:** A área do concelho de Paredes de Coura integra território de duas alcateias: alcateia da Boulhosa (região norte) e alcateia da Cruz Vermelha (região sul). -----

**4. Questão do GP:** Como se distribuem geograficamente as referidas alcateias pelo território do concelho?-----

**Resposta do ICNF:** (ver resposta ao ponto anterior). -----

**5. Questão do GP:** Há lobos das referidas alcateias identificados com microchip? Se sim, quantos? -----

**Resposta do ICNF:** Neste momento, nenhum animal das alcateias em causa está a ser alvo de monitorização através de colar GPS. Não obstante, dado estar em curso um projeto de investigação que visa a monitorização das alcateias referidas, ainda este ano poderá haver indivíduos que venham a ser seguidos. -----

**6. Questão do GP:** Que acompanhamento existe das referidas alcateias pelos serviços do ICNF

**Resposta do ICNF:** O ICNF, I.P. assegura o acompanhamento destas alcateias através da informação obtida no âmbito do mecanismo de indemnização de prejuízos atribuídos ao lobo, do sistema de monitorização de lobos mortos, dos resultados obtidos nos planos de monitorização/investigação, em curso, dirigidos ao lobo, alguns dos quais decorrentes de processos de avaliação ambiental. -----

**7. Questão do GP:** Relativamente aos ataques a animais, quantos casos de indemnização foram decididos, no período de 2011 a 2016, relativamente ao concelho de Paredes de Coura? -----

**Resposta do ICNF:** No período referido no ponto 1 foram decididos favoravelmente 183 prejuízos em efetivos pecuários atribuídos ao lobo. -----

**8. Questão do GP:** Qual o valor da indemnização por animal, espécie e idade?-----

**Resposta do ICNF:** Como já referido o valor da indemnização a atribuir é calculado com base nos valores praticados no mercado da região, cujas Cotações podem ser consultadas no endereço de internet <http://www.gpp.pt/cot/> (Sistema de Informação de Mercados Agrícolas, Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral do Ministério da Agricultura, Florestas e Desenvolvimento Rural).-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**9. Questão do GP:** Qual o valor da indemnização por animal, espécie e idade? -----

**Resposta do ICNF:** Considerando este Instituto que o pagamento atempado das indemnizações devidas por ataques de lobo constitui um pilar determinante para a conservação da espécie, são desenvolvidos, a cada momento, todos os esforços, para dar cumprimento ao mesmo. -----

**10.-- Questão do GP:** Que apoios existem por parte do ICNF para as pessoas reclamarem em caso de terem animais mortos pelos lobos -----

**Resposta do ICNF:** Sempre que se verifica o cumprimento dos requisitos previstos na legislação de proteção do lobo ibérico, bem como na legislação de âmbito sanitário e de registo animal, os proprietários são ressarcidos pelos danos causados pelo lobo, de acordo com o exposto na resposta ao ponto 8. -----

**11.-- Questão do GP:** Quais os apoios existentes para a adoção de medidas preventivas dos ataques e quais as entidades responsáveis pela sua divulgação e implementação? -----

**Resposta do ICNF:** Com o objetivo de potenciar a coexistência do lobo com a atividade pecuária, no Programa de Desenvolvimento Rural 2015-2020, estão previstas medidas de apoio à manutenção de cães de proteção de rebanho (Medida 7 - Agricultura e recursos naturais, Ação 7.7 - Pastoreio extensivo, Operação 7.7.3 Apoio à proteção do Lobo-ibérico) bem como à instalação de vedações que evitem a entrada de lobo (Medida 3 - Valorização da produção, Operação 3.2.2 Pequenos investimentos na exploração). -----

Dada a experiência adquirida pelos proprietários com efetivo pecuário em área de presença de lobo, a utilização de cães do tipo mastim de montanha, a recolha dos animais durante a noite para espaços fechados bem como em caso de animais parqueados a utilização de cercas que impeçam a entrada do lobo têm-se revelado boas práticas na minimização do impacto dos prejuízos causados por esta espécie, pelo que tem este Instituto alertado os proprietários de efetivo pecuário para a importância da adoção destas medidas. -----

**12.-- Questão do GP:** Que benefícios traz a proteção do lobo para a população do território de Paredes de Coura? -----

**Resposta do ICNF:** Como será certamente do V. conhecimento o lobo desempenha um importante papel nos ecossistemas a que pertence, nomeadamente por controlar as densidades das populações de ungulados selvagens, como o javali, minimizando os elevados prejuízos que esta espécie causa muitas vezes na agricultura. Por outro lado, o lobo como predador de topo também tem um importante papel no controlo das densidades de predadores generalistas, como a raposa e o saca-rabos, que quando ocorrem em densidades excessivas afetam negativamente as populações de espécies cinegéticas, bem de outras com interesse de conservação. -----

**13.-- Questão do GP:** Há evidências de alteração de comportamentos dos lobos face à presença humana? -----

**Resposta do ICNF** Apesar de existir a crença generalizada de que existem animais libertados com origem em cativeiro, todos os lobos existentes no território nacional são selvagens, apresentando comportamentos normais da espécie. Entre estes, está descrita, desde a antiguidade, a capacidade de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

*aproximação aos humanos por curiosidade. De referir que, os lobos são reconhecidamente animais inteligentes, pelo que individualmente podem adaptar o seu comportamento a determinadas situações. Por último, sendo nosso entendimento que a conservação da natureza, em geral, e no caso concreto do lobo-ibérico só será possível com o empenho e participação ativa dos cidadãos, encontramos-nos ao dispor para outros esclarecimentos tidos por convenientes. -----*

**João Paulo Alves (PCP):** Considerou que da leitura das respostas ficou esclarecida a posição do ICNF. Interpretando a legislação enunciada, o lobo é uma espécie protegida e está para ficar. As pessoas devem habituar-se à sua presença. No debate deste assunto estão pouquíssimas pessoas presentes que foram afetadas pelos lobos e considerou que elas deveriam estar, porque é um assunto que deve interessar, particularmente, a elas. -----

Nos próximos anos as alcateias vão aumentar em número e enquanto predadores os lobos vão atacar ainda mais vacas, ovelhas e cabras. E, nesse sentido, têm de se ajudar as pessoas. Assim propôs que o grupo de trabalho reunisse novamente e propusesse questões sobre indemnizações. A legislação aponta para a obrigatoriedade de indemnizar os proprietários lesados, considerando haver casos sinalizados que não foram indemnizados e na resposta às questões dessa natureza, o ICNF fugiu à questão, considerando ainda que sobre as indemnizações nunca se sabe o tempo que levam e os valores pagos não são justos. -----

**Hélder Pedreira (PSD):** Disse que o grupo de trabalho deveria reunir novamente para esclarecer e pedir que sejam esclarecidas as questões que não foram respondidas. -----

**Vereador Tiago Cunha:** Considerou que enquanto as questões não forem respondidas o trabalho está incompleto. Justifica-se a continuidade do GT para cumprir o objetivo para que foi criado, objetivamente, esclarecer o assunto e tentar ao máximo que a população fique salvaguardada nomeadamente, nos seus interesses económicos, já que o restante, ou seja, o equilíbrio das espécies é uma mais-valia. -----

**Presidente da Assembleia Municipal:** propôs que o GT continuasse a sua missão, com mais questões a serem colocadas ao ICNF. Ninguém se opôs. -----

**Rosalina Martins (PS):** Fez uma breve referência às atividades de verão – que felicitou: “Mundo ao Contrário”, “Festas do Concelho”, Festival Vodafone Paredes de Coura, congratulando-se ainda com o projeto “We Trust Coura All Stars” pela forma diferente como abriu o Festival de Música de Paredes de Coura. -----

Recordou o mês de agosto inundado de incêndios que se sucederam pelo país, do qual Paredes de Coura não foi exceção, e embora não tenha tido situações tão gravosas como em algumas localidades, teve uma situação com alguma complexidade, à qual foi necessário responder com eficácia. Neste



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

seguimento, apresentou, em nome do Grupo Municipal do Partido Socialista, um voto de louvor aos bombeiros e agentes da proteção civil, pela coragem e altruísmo, que se anexa a esta ata e dela faz parte integrante.-----

**José Augusto Sousa (PSD):** Concordou com a moção, embora a considerasse insuficiente. Na definição daquilo que é ser político disse gostar mais da designação “estadista” que “político”, porque o “político mete o astuto, o finório o hábil”. Disse gostar mais de ser confundido e de se rever no conceito de estadista, que é a pessoa que exerce a liderança política com sabedoria e sem limitações partidárias. Referiu que esta introdução tem a ver com uma sessão de uma assembleia quando alguém, da pessoa do senhor presidente da Câmara, considerou tentativa de instrumentalização e de política demagógica, a atitude de utilizar a associação dos bombeiros. -----

Em relação aos bombeiros, disse querer que esta moção fosse a oportunidade para a Câmara Municipal, de uma vez por todas, gerar os meios suficientes para a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários não precisar do populismo exacerbado que foi, em pleno agosto, é certo, respondendo à questão de quase calamidade, de dizer, “não deitamos o fogo-de-artifício e damos o dinheiro aos Bombeiros”. Entendeu não ser assim, não no calor, não numa situação destas que se resolve o problema de financiamento de uma associação humanitária de bombeiros e não é depois, não basta, depois aprovar uma moção de louvor pelo trabalho feito. É preciso dinheiro e resolver esta questão de uma vez por todas. E é este repto que disse querer lançar à Câmara Municipal, o de financiar adequadamente a Associação Humanitária dos Bombeiros de Paredes de Coura, já que, por várias vezes foram discutidas no passado e mais recentemente, neste mandato, as dificuldades de sustentabilidade da Associação Humanitária dos Bombeiros. -----

Em relação a esta questão e ao trabalho meritório de uma quantidade de outras instituições que estiveram no terreno, e merecedoras da moção de louvor apresentada, disse ainda querer colocar e, isto com os devidos efeitos se foi ou não foi avaliado, em cada um dos momentos críticos, a possibilidade de justificar a calamidade pública municipal, relativamente ao pagamento dos custos de cada uma das entidades que tem que se complementar. E ainda se já foi efetuado o pagamento das diversas despesas que as entidades intervenientes concelhias inventariaram e enviaram à Câmara Municipal, ou seja, se todas as entidades e, em particular, as juntas de freguesia que tiveram o trabalho e se disponibilizaram, com os seus meios no combate encetado e liderado pelos bombeiros, se se viram ressarcidas dos respetivos custos. -----

Disse concordar com a moção. Que é inteiramente merecida, mas é tempo de resolver definitivamente e mesmo resolvendo definitivamente ter em conta os momentos de situação crítica e a necessidade de apoio complementar. Porque é com a disponibilização de meios, com gestão criteriosa, é certo, que estas entidades desenvolvem a sua atividade e que contribuem para agradecer o trabalho desempenhado. -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Questionou ainda se passados três anos, vão ou não disponibilizar, árvores para reflorestação e se vão, ou não, ser alargadas as áreas abastecimento de água para os helicópteros poderem de forma mais eficaz combater os incêndios. -----

Considerou ser esta a forma que respeitam e louvam, de forma crescente, o trabalho dos bombeiros e das entidades que estiveram no combate aos incêndios. -----

**Presidente da Câmara Municipal:** Disse que, de facto, estava a ficar um estadista. Pois, ao ouvir tantos disparates, o que deveria ser comum era ficar enervado e sentia-se muito calmo; porque entende que quem faz o que deve só pode estar calmo.-----

Questionou se os adjetivos de astuto, finório e demagogo lhe eram dirigidos e acrescentou se acha que fazia sentido que, quando num contexto onde tantas pessoas lutavam, enquanto uns apagassem o fogo outros, naturalmente, festejassem com fogo. Considerou que, independentemente da estratégia ou da astúcia de que o Dr. José Augusto fala, o que se fez foi um ato de bom senso. Mas, podem fazer-se as interpretações que se quiser. Que ainda no próprio dia de hoje a Câmara prestou ajuda aos bombeiros e, mais importante do que falar, é na próxima Assembleia Municipal, uma vez que há tantas pessoas preocupadas com os bombeiros – e é bom que a comunidade esteja preocupada com os bombeiros porque é reconhecer-lhes o valor – por uma questão de transparência política, trará informação de todos os apoios feitos, não por vaidade, mas no sentido de esclarecer. -----

Disse poder estar enganado mas nunca, em tão pouco tempo, se ajudou tanto os bombeiros, embora concorde que não se faz mais do que a obrigação e dever. No entanto, o que não é aceitável é serem acusados de nada fazer, nem ajudar financeiramente os bombeiros, quando realmente o têm feito. -----

Disse não se alongar mais para não ser acusado de fazer campanha política mas que não pode deixar de partilhar uma coisa que aprendeu, e que nunca teria outra oportunidade de aprender tanto como nestes fogos, quando chegou à freguesia de Coura e viu os presidentes das juntas de Coura e de Rubiães e muitas outras pessoas a lutar: falou com uma força especial de intervenção dos bombeiros no combate a fogos, dizendo ironicamente que era autoridade máxima da proteção civil no concelho e que era triste mas não tinha formação para ocupar o lugar mas estava, num gesto de humildade, presente para aprender. Podia vestir o colete da proteção civil e aparecer na televisão, mas preferiu ajudar as pessoas no combate por não precisar dessa notoriedade. Enquanto presidente também podia ir aos incêndios e voltar para casa tranquilamente mas acompanhou os bombeiros durante cinco ou seis dias, por entender ser a única forma de os apoiar. -----

O Dr. José Augusto também podia entender dizer “não foi só isso, não foi o facto de proibir o fogo-de-artifício e doar o dinheiro aos bombeiros, vocês viram como eles apareceram lá, estavam ali porque é o interesse de se mostrarem, de se aproximarem das pessoas, aquilo é demagogia política”. Bem podem fazer-lhe todos os tipos de apreciações, mas isso já entra no domínio do carácter e da astúcia, do mais baixo nível. -----

Estiveram lá por considerarem a única forma de dar ânimo e força às pessoas, mas acrescentou que não viu lá o Dr. José Augusto, e que também podia estar a ajudar, a perguntar o que era preciso, a ir



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

buscar comida aos restaurantes e entregar e ouviria o que um dos bombeiros lhe disse: “presidente, infelizmente somos sempre os mesmos”. Pois, mas no grupo dos “mesmos”, lamentou dizer mas o Dr. José Augusto não estava incluído. Nem sabia onde estaria mas, porventura, teria mais coisas úteis a fazer e também não tinha nada de intrometer na sua vida privada. Eram para ir de férias mas ficou o Dr. Tiago Cunha para assegurar as compensações às juntas de freguesia, para acautelar todos os interesses ao ponto de, em determinadas situações, ser a Câmara a dar a garantia para que as despesas fossem feitas - quando não tinha essa obrigação. -----

O único gesto de carinho, de consideração, de ânimo e até de coragem, foi estar próximo das pessoas, por acreditar que hoje as pessoas em Paredes de Coura já são suficientemente inteligentes, para, tem a prova disso, diferenciar aquilo que é demagogia do que é um ato genuíno e sincero. O que fizeram foi de coração aberto e não tinham outra hipótese mediante o esforço das pessoas e o cuidado e empenho dos bombeiros. Não era só ir lá e ir embora. Foi, tal como foi com o Prof. Esteves durante o tempo que esteve na Proteção Civil, estar presente. -----

Quanto à questão monetária, disse poder fazê-lo numa próxima assembleia ou no recato dos gabinetes, mas pretendia informá-lo das ajudas e do apoio que têm dado aos bombeiros e desse modo evitar a propaganda política ou então pode fazê-lo nesta assembleia, mas não poderá, depois, acusá-lo novamente de demagogia ou propaganda política. Nessa matéria, as pessoas de Coura são doutoradas, sabem diferenciar o que é genuíno e sincero da demagogia e propaganda política. Tem essa consciência por partir sempre do princípio de que as pessoas de Coura são inteligentes, com uma capacidade de entendimento que até diria superior, porque há determinados comportamentos políticos que noutros concelhos são possíveis, e aqui pode ter a certeza que as pessoas têm uma cidadania que diria até bastante aguçada e apurada e não lhes permitiriam demagogia barata. O que tem sentido na rua é precisamente o contrário, se o Dr. José Augusto tiver outro entendimento, que admite que o tenha, mas na rua só sente carinho e gratidão por parte das pessoas. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** Disse não querer entrar muito na discussão do senhor presidente da Câmara, porque, em grande parte, teve a oportunidade de estar calado e não dizer asneiras, porque, de facto, pelos anos que tem disto, bastava tê-lo consultado antes. Há mais de um ano percebeu as necessidades concretas dos bombeiros, por isso bastava que o consultasse e dir-lhe-ia, com certeza, que os bombeiros precisavam de um apoio sistemático e complementar. -----

Quanto ao estar ou não estar, e como já esteve muito tempo na Câmara, disse que ao presidente que mais lhe valia estar calado, porque também já lá esteve e não era executivo. Portanto se o presidente está na Câmara há três anos, há quatro como assessor, sabia que tinha dentro da assembleia, pessoas do seu partido que o podiam ter informado e evitado esta intervenção. -----

De seguida disse que o PSD estava de acordo com a moção apresentada e questionou se a Câmara aceitava ou não o repto de estudar uma forma de financiamento regular e suficiente para os bombeiros poderem executar a sua atividade sem sobressaltos. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Presidente da Assembleia:** Chamou a atenção para a linguagem incorreta do porta-voz do PSD, frisando que a mesa não gostaria que a voltasse a ser utilizada na Assembleia Municipal. -----

**Presidente Câmara:** Disse que quem determina se deve falar ou estar calado é ele próprio e não um membro, ainda que legitimamente escolhido pelo seu eleitorado, que o decide. -----

**João Paulo Alves (PCP):** Disse que algumas pessoas desta Assembleia Municipal já cá estavam há quatro anos, aquando do grande debate dos incêndios e a situação tem piorado. E em vez do estadista e do finório gostava que tivessem debatido o problema dos incêndios: porque é que acontecem, dado que, apesar de mais dinheiro investido na proteção e de acreditar que os bombeiros estejam cada vez mais capacitados para controlar as situações, os incêndios atacam cada vez mais. Que a área ardida neste ano é muito grande e nos próximos anos vai aumentar se as condições de pluviosidade e o consequente crescimento da vegetação se mantiverem. Os matos não são limpos como se fazia há muitos anos e o debate tem de ser feito no sentido de ultrapassar a situação. -----

**Rosalina Martins (PS):** Sublinhou o facto de centrar a moção nos bombeiros e na questão da proteção civil. Que no seu entendimento a proteção civil “somos todo nós”, salientando o papel incalculável dos presidentes de junta, representantes da proteção civil no seu território. Considerou a hierarquia em cadeia que deve ser assumida e demonstrar que, efetivamente foi graças a esse esforço conjunto que conseguiram chegar a esses resultados. -----

Por fim, aconselhou os membros da Assembleia Municipal a verem um programa da RTP3, com Viriato Seromenho Marques e Helena Matos, sobre os fogos florestais e que antes de fazer o que quer que seja, como o de plantar árvores, esse programa poderia ser o princípio de uma discussão muito interessante para saber como se pode projetar o futuro.

**Presidente da Assembleia:** Sugeriu que o voto de louvor fosse publicitado no portal municipal em vez de publicado nos jornais, como constava do texto apresentado. Considerando que todos podem fazer mais pelos bombeiros, sugeriu a oferta da senha de presença da presente sessão à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários, tendo sido aprovada por unanimidade. -----

**O voto de louvor aos Bombeiros e agentes da proteção civil, pela coragem e altruísmo apresentado pelo Grupo Municipal do Partido Socialista, que se anexa a esta ata e dela faz parte integrante foi lido e submetido à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.** -----

**José Augusto Sousa (PSD):** Disse não querer mandar calar ninguém nem quis faltar ao respeito a ninguém. De seguida, em representação do Grupo Municipal do Partido Social Democrata, apresentou uma proposta de um voto de louvor a todos os funcionários, auxiliares, enfermeiros, médicos que exerceram funções no internamento da Santa Casa da Misericórdia de Paredes de Coura, pela sua dedicação, disponibilidade e abnegação, que se anexa à presente ata e dela faz parte integrante. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

**Luísa Castro (PS):** Pediu a extensão do voto de louvor à mesa administrativa da Santa Casa da Misericórdia, que fez um grande esforço financeiro durante estes dezasseis anos, para manter esta valência social ativa e fazer frente a uma lacuna originada pelo encerramento do Centro de Saúde. -----  
O proponente autorizou que o voto de louvor fosse estendido aos membros da mesa administrativa. ----  
**Submetido à votação o voto de louvor, que se anexa a esta ata e dela fica a fazer parte integrante foi aprovado, por unanimidade.**-----

### = INTERVENÇÕES POLÍTICAS PELOS GRUPOS MUNICIPAIS

----- **Ponto n.º 3 – Interpelações ao Presidente da Câmara Municipal.** -----

**Dinis Fernandes (PSD):** Interveio sobre o tema do Agrupamento de escolas e do início do ano letivo. Que o presente ano letivo começou com a novidade de, a curto prazo, terem uma escola nova, o que considerou muito bom. Acrescentou as novidades pelos excelentes resultados que a escola teve. Comparou uma escola do Porto, com cerca de duzentos alunos submetidos a exame nacional de matemática, que obteve três ou quatro vintes e de que na escola secundária de Paredes de Coura, apenas com trinta e oito alunos houve dois vintes à mesma disciplina. Manifestou agrado por, mais uma vez, os alunos terem conseguido entrar para cursos que lhes darão alguma perspetiva de futuro e de que pela primeira vez houve um aluno que entrou no segundo curso que tinha a média mais alta do país, em engenharia de gestão industrial, na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, -----  
Que é evidente haver muito trabalho por detrás, tanto da autarquia, dos professores, do pessoal não docente e em particular da Vereadora, Dr.<sup>a</sup> Maria José Moreira, que se mostra sempre incansável na forma como resolve todos os problemas que a escola apresenta. Considerou salutar esta forma de trabalhar, independentemente de se pensar de uma maneira ou de outra, mas que no final o resultado seja positivo e de que a escola de Paredes de Coura seja uma referência a nível nacional. -----  
Por fim, solicitou esclarecimento acerca das soluções para funcionamento da escola durante o período de execução das obras.-----

**José Augusto Sousa (PSD):** Disse que todos se congratulam com a decisão do senhor Ministro de Educação, bom contrerâneo, continuar o processo para realização das obras na escola de Paredes de Coura. Disse querer fazer um paralelismo relativamente à última Assembleia Municipal, que levou quase a um desmentido no jornal sobre uma obra que um presidente de junta disse ter feito e depois tinha sido a Câmara Municipal a pagá-la. Que têm de ter consciência de que o valor das obras da escola secundária vai custar ao Município, 7,5% do valor total, no valor de cerca de 150 mil euros, e 85% será pago por fundos comunitários. -----

Às vezes, no calor da discussão, assume-se o que é nosso o que não é nosso, mas ainda bem que é nosso. Do ponto de vista político, disse querer partilhar uma preocupação que espera, sinceramente, que não progrida nesse sentido que tem a ver com a decisão do Ministério da Educação, de terminar com os contratos de associação, contratos de prestação de serviços de educação regular em escolas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

privadas, pagas integralmente pelo erário público. Disse que a sua preocupação não era em concreto em Paredes de Coura, mas que poderia afetar se *“do ponto de vista conceptual, a questão ideológica que está por detrás disso, for a partir do berçário”*. Há instituições, há muitos anos, no concelho de Paredes de Coura, que prestam muito bem esse serviço, e se isso vier a acontecer, coloca-as em causa, como aconteceu a escolas noutros locais com contratos de associação. Considerou que deveriam alertar, o Ministro para que a questão ideológica terminasse onde já acabou, porque causaria graves problemas, em particular a duas associações do concelho e em particular, pela sua dimensão, ao OUSAM. -----

**Presidente da Câmara:** Disse que devem ser justos e de que agora que entendeu a razão do Presidente da Assembleia estar intrigado com dois pedidos de intervenção do mesmo grupo municipal. A de Dinis Fernandes Pereira acaba por ser pura e genuína e a de José Augusto Sousa a desconsiderar todo o trabalho do presidente e da vereação. Acrescentou que gosta que digam sempre da Câmara que fazem pouco porque isso até serve de estímulo – e não quer voltar à questão dos bombeiros porque a instituição tem uma direcção com bons quadros técnicos para falar diretamente, sem precisar de sindicatos. No entanto, em relação à escola, ela até nem constava do mapeamento de investimento do Ministério da Educação e, certamente, não apareceu mapeada depois por acaso. O grande problema da escola foi que ninguém acreditava que a requalificação se fizesse. E independentemente dos valores a investir, não faz sentido fazer política com a escola porque estão lá os nossos filhos e a educação é um valor em que acredita e da parte da escola sempre houve uma atitude leal, direta e frontal. -----

Nas primeiras obras de requalificação da escola foram investidos quatrocentos mil euros e agora serão investidos cerca de mais quatrocentos mil euros. A escola secundária foi o equipamento que recebeu mais investimento do Município. Para quem acusava e dizia “eles bem podem investir” porque recebem 20 mil euros, por ano, para investir na escola, o valor vai já em cerca de 800 mil euros. -----

Dividindo este valor pelo encargo que tinham para investir – 20 mil euros por ano e sem contar com o apetrechamento e outros – poderiam descansar durante 40 anos! Pensa, de igual modo, que o papel da oposição não é o de elogiar a Câmara, pelo contrário, mas quando apresentam argumentos e quando se baseiam na estatística devem utilizá-la de forma mais clara, transparente e objetiva. E podem até tentar diminuir o trabalho realizado que isso não os demove de fazer sempre mais e melhor. Pois, apesar de não estar com isso a assumir um compromisso, depois da requalificação feita também não fará sentido continuar com um pavilhão onde entra chuva. Só que a Câmara tem um orçamento e para ter futuro e capacidade de investimento, para ter projecção e para estar eventualmente preparada para novos desafios, tem de ter contas saudáveis. Podiam investir mais mas entende que na escola se têm investido aquilo que é necessário e mais do que a maior parte dos concelhos, porque depois também há a comparação com o vizinho como forma de diminuir o trabalho da Câmara. A Câmara de Coura esteve à frente dos primeiros municípios que avançaram com as obras, e se porventura tem um Ministro da Educação, como se o Ministro da Educação, num mundo tão grande, estivesse preocupado



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

unicamente com a escola de Coura. Ele foi eleito pelo país, isso é o que não devem esquecer, não foi eleito por Paredes de Coura. -----

E se querem elogiar, devem elogiar a Vereadora Maria José e à equipa que trabalhou com ela, porque desde o início que disseram que era essencial trabalhar nesta área. Chegaram ao ponto de uns não terem projeto, outros tinham projeto mas não tinham disponibilidade no orçamento e a Câmara de Coura foi à frente, mais do que isso, tiveram de fazer uma adenda ao protocolo de parceria porque não andaram a fazer política, avançaram para a requalificação da escola mesmo que tivessem de pagar os 15% da comparticipação nacional e não os 7,5% que acabaram se fixar depois do Ministério da Educação assumir os restantes. Por isso disse que podem e devem fazer política, devem criticá-los para exigir mais, senão toda esta situação era um monólogo e porque não se consideram santos nem os maiores do mundo, mas entende que quando fazem análises, devem ser mais objetivos porque são esses os princípios que dignificam a política. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** Disse que usou a comparação da obra da junta/câmara, como base concreta para teorizar sobre as obras da escola e que originou a divergência do assunto. Que era importante centralizar nos assuntos que estão em discussão. Reforçou que 7,5% de dois milhões e cem são cento e cinquenta e oito mil euros. -----

**Presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo:** Interveio relativamente ao assunto dos incêndios florestais. Foi anunciado, pelo governo, em agosto, em plena época de incêndios florestais, que seriam tomadas medidas de prevenção contra incêndios, sendo uma delas a limpeza de propriedades, eventualmente sem dono, ou que este não seja conhecido ou esteja ausente. Considerando que a Associação Nacional de Municípios Portugueses a achou interessante, poderá querer implementá-la. Naturalmente que se esta medida passar para os municípios e destes para as freguesias, as juntas não conseguirão segurá-las e serão penalizadas por isso. ----- Perguntou se neste momento, há mais informação relativamente a esse assunto e se foi discutido a nível de CIM. -----

**Presidente da Junta de freguesia de Infesta:** Agradeceu as obras feitas na sua freguesia, a pavimentação da estrada de Infesta e a reparação da ponte da Balsa. Quanto aos buracos de que já tinha falado numa assembleia anterior, de que ficaram três estradas com os buracos por tapar e gostava que isso fosse resolvido. Questionou ainda acerca das outras obras que constam do plano de atividades e para quando está prevista a sua execução. -----

**Presidente da Câmara Municipal:** Para responder ao porta-voz do Grupo Municipal do PSD sobre o assunto da escola passou a palavra à Vereadora Maria José Moreira.-----

**Vereadora Maria José Moreira:** Esclareceu que quanto à candidatura da Escola Secundária estão, unicamente, a falar do valor mapeado e não do valor financiado. A candidatura, em valores redondos,





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

é na ordem dos dois milhões e quatrocentos e oitenta mil euros, o valor elegível mapeado é de dois milhões e oitenta e um mil euros. O valor financiado, ou seja oitenta e cinco por cento dos dois milhões e oitenta e um mil euros é de um milhão setecentos e sessenta e nove mil euros e desses dois milhões e oitenta e um mil euros restam quinze por cento, cujo valor é repartido pelo Ministério da Educação e pelo Município de Paredes de Coura, cabendo 156 mil euros a cada.-----

O restante valor que está candidatado e que terá de ser investido, considerando que o equipamento do estabelecimento de ensino é a diferença dos dois milhões e oitenta e um mil euros (valor elegível) e de dois milhões e quatrocentos e oitenta mil euros (valor da candidatura), será integralmente assumido pela Câmara Municipal. Estão aqui os quatrocentos mil euros que o Dr. José Augusto não encontrava. - Disse estar a referir-se à candidatura e não ao investimento. A requalificação não se refere unicamente à empreitada e o equipamento também faz parte da candidatura, mas não da empreitada.-----

Foi investido o valor da requalificação do exterior, da cobertura e da caixilharia, do orçamento da Câmara que está previsto na candidatura. É a essa diferença que vai dos 2 081 mil euros aos 2 480 mil euros, e que pode haver aqui alguma variação, acrescem então os 156 mil que são os 50% da contrapartida pública nacional.-----

A informação não é sobre a candidatura nem sobre a requalificação somente, a informação que está aí na Informação Municipal é da empreitada e, por essa razão, estará o Dr. José Augusto confundido. ----

Para o funcionamento das aulas, durante o período das obras, disse já ter solicitado à direção da escola o planeamento e otimização do funcionamento da escola de forma a prever o espaço livre e o espaço necessário para as turmas no momento em que um dos edifícios entre em obras.-----

Informou ainda que a empreitada está em fase de concurso público e quando concluída entrarão, imediatamente, em conversações com o empreiteiro para a planificação de toda a obra. -----

É um trabalho de colaboração com a direção do agrupamento da escola e que está devidamente acautelado.-----

**Presidente da Câmara** em resposta a António Esteves, presidente da União das freguesias de Bico e Cristelo: Disse que as medidas lançadas para os jornais são uma primeira aproximação. Na semana passada esteve em Paredes de Coura o Secretário de Estado do Ambiente para discutir essas questões mas não tinha as respostas que precisavam. De facto, não basta lançar um quadro legal e uma boa notícia feita no calor do problema, que agora é preciso afinar. Fará diligências e pressão para que essa informação seja facultada e depois distribuída junto dos presidentes de junta. Falou ainda da eventualidade de haver projetos aos quais se poderão candidatar. -----

É verdade que o Estado passa competências para as autarquias e juntas sem o correspondente financiamento e não adianta porque as autarquias não têm meios, quer financeiros, quer humanos, para resolver os problemas, mas que brevemente terá informação que facultará. -----

Agradeceu a Celso Guerreiro, presidente da Junta da freguesia de Infesta pelo reconhecimento do trabalho feito na sua freguesia. Quanto às restantes obras que constam do plano de atividades, serão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

feitas brevemente. Quanto a tapar os buracos nas vias o problema prende-se com a falta de funcionários municipais para esse efeito, mas que pode fornecer o alcatrão, falando brevemente sobre este assunto.-----

### = ORDEM DO DIA =

#### = INFORMAÇÃO ESCRITA DA ATIVIDADE DO MUNICIPIO =

**PONTO n.º 1 –** Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara acerca da atividade do Município, bem como da sua situação financeira, nos termos da alínea c), nº 2, art.º 25º, da Lei nº75/2013, de 12 de setembro. -----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento.**-----

#### = ARU DA COLÓNIA AGRÍCOLA DE VASCÕES =

**PONTO n.º 02:** Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Colónia Agrícola de Vascões.-----

**Presidente da Câmara:** Agradeceu a disponibilidade das arquitetas Isabel Matias e Eduarda Fontelo para apresentarem os esclarecimentos que vão ajudar os membros a votar os assuntos em discussão.

**Arquiteta Isabel Matias:** Informou que a delimitação das áreas de reabilitação urbana eram muito simples e estão, ainda, no início do processo, uma vez que estão a falar, apenas, da delimitação das áreas, não tendo ainda nenhum programa associado. Contudo, disse ser importante referir que a partir do momento em que a deliberação da Assembleia Municipal for publicada em Diário da República podem aceder a uma série de incentivos e benefícios fiscais propostos no âmbito das presentes delimitações das áreas de reabilitação urbana. -----

**Arquiteta Eduarda Fontelo:** As áreas de reabilitação urbana têm por base os centros históricos e como Paredes de Coura não tem centro histórico classificado procurou-se como pontos de referência os edifícios que são o nosso ex-libris, bem como outros edifícios com história tais como a Casa Grande de Romarigães, o Sanatório, a Casa do Outeiro. -----

Um dos critérios é que os edifícios tenham mais de trinta anos e necessitem de reabilitação profunda, ou seja, o estado de conservação do imóvel tem de subir dois níveis relativamente à primeira avaliação. Não basta mudar a caixilharia e pintar as paredes porque isso não pressupõe os critérios para beneficiarem deste programa. É exigida uma reabilitação profunda. -----

Quanto à Colónia Agrícola de Vascões que já foi alvo de um trabalho e objeto de estudo no âmbito de uma formação em Planeamento, Requalificação e Reabilitação dos Centros Históricos, não sendo um centro histórico, marca um período da nossa história e é uma referência para o concelho de Paredes de Coura.- -----





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Nalgumas áreas aparece unicamente o edifício e noutras procurou-se o núcleo mais antigo, que conta uma história e que se liga ao edifício principal. Assim, houve a preocupação de, quando se justificasse, referenciar o edifício com núcleo primitivo. -----

**Presidente da Câmara Municipal:** Considerou sensato avançar com as propostas e não atrasar o processo. Sendo um processo em aberto, as propostas podem, posteriormente, ser ajustadas para além de poderem beneficiar toda a população. -----

De que irão apresentar outras propostas que reúnam a maior viabilidade possível. -----

**Presidente da Junta de Vascões, Carlos Pereira:** Quanto à recuperação das casas da Colónia Agrícola, disse que algumas estão muito degradadas e as famílias têm dificuldades económicas para avançar com a sua reabilitação. Neste contexto considerou este projeto uma mais-valia para a freguesia que em termos de captação de turismo de natureza pode ser um ponto importante para a Área Protegida, que já se vem fazendo através do CEIA -----

Agradeceu o empenho da Câmara Municipal na promoção da Área Protegida nas atividades desportivas desenvolvidas pela Associação Encostas do Corno de Bico e que sem o apoio da Câmara eram impossíveis. As atividades na área de BTT, o trail, já na III edição, evento que atrai trezentas a quatrocentas pessoas, os trilhos no Corno de Bico, as caminhadas. -----

Por fim agradeceu, em nome da população de Vascões, a proposta de reabilitação urbana da Colónia Agrícola de Vascões, que se enquadra no presente processo. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** Disse querer, para além da arquiteta e dos outros elementos da Câmara Municipal, deixar um voto de gratidão à arquiteta Isabel Matias por todo o trabalho executado feito ao longo de muitos anos, em Coura. -----

**Submetida à votação a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Colónia Agrícola de Vascões, foi aprovada por unanimidade. -----**

**O ponto nº 2 foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos. -----**

### **=ARU DE RECONVERSÃO DE UNIDADES INDUSTRIAIS ABANDONADAS EM HORTO PEDAGÓGICO=**

**PONTO n.º 03:** Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana de Reconversão de Unidades Industriais Abandonadas em Horto Pedagógico. -----

**Submetida à votação a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Reconversão de Unidades Industriais Abandonadas em Horto Pedagógico, foi aprovada, por unanimidade.**

**O ponto nº 3 foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos. -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### = ARU DO ANTIGO SANATÓRIO =

**PONTO n.º 04:** Apreciação, discussão e votação da proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana do Antigo Sanatório.-----

**Submetida à votação a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Antigo Sanatório, foi aprovada, por unanimidade.**-----

**O ponto nº 4 foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos.**-----

### = ARU DA CASA GRANDE DE ROMARIGÃES =

**PONTO n.º 05:** Apreciação, discussão e votação de proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana da Casa Grande Romarigães.-----

**Submetida à votação a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Casa Grande Romarigães, foi aprovada, por unanimidade.**-----

**O ponto nº 5 foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos.**-----

### = ARU DA CASA DO OUTEIRO =

**PONTO n.º 06:** Apreciação, discussão e votação de proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana da Casa do Outeiro.-----

**Submetida à votação a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Casa do Outeiro, foi aprovada, por unanimidade.**-----

**O ponto nº 6 foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos.**-----

### = ARU DO CAMINHO DE SANTIAGO =

**PONTO n.º 07:** Apreciação, discussão e votação de proposta de delimitação de Área de Reabilitação Urbana do Caminho de Santiago.-----

**Submetida à votação a proposta de delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Caminho de Santiago, foi aprovada, por unanimidade.**-----

**O ponto nº 7 foi aprovado em minuta, para efeitos imediatos.**-----

### = LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS =

**PONTO nº 08:** - Tomar conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-08-2016, no âmbito da autorização genérica da Assembleia Municipal de 11-12-2015, em cumprimento do estipulado na alínea c) do art.º 6.º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro.-----

**A Assembleia Municipal tomou conhecimento da listagem de compromissos plurianuais assumidos até 31-08-2016.**-----

### = LANÇAMENTO DE DERRAMA =

**PONTO 09:** Apreciação, discussão e votação de proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2017, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**José Augusto Sousa (PSD):** Disse ser conhecida a posição do PSD, ao longo dos anos, sobre a derrama. Entende que, na assembleia, devem acompanhar a vereação do PSD na votação feita contra a aplicação da derrama. É uma taxa injusta, que de alguma forma castiga as formas de sociedade mais avançadas, do ponto de vista de atividade económica. Que já explicou esta situação outras vezes, em que um empresário em nome individual com a sua esposa não pagam derrama, se constituírem uma sociedade por quotas ou outra forma jurídica, já pagam derrama. Assim, entendendo ser uma taxa injusta e devendo acompanhar a votação das vereadoras, votam contra.-----

**Presidente da Câmara:** Considerou respeitável a posição do PSD, até com alguma sensatez e alguma razoabilidade, no entanto, tem alguns indicadores que podem contrariar a posição que defende. -----

A derrama não é aplicada a todas as empresas, mas às empresas que tenham um volume de faturação superior a 150 mil euros. Podiam ser mais, mas infelizmente não são tantas como isso. O que é facto é que se o determinante fosse a isenção de derrama então, mesmo em contexto de contração económica, o Município não captaria investimento. No entanto, a verdade é que continua a captá-lo. Na realidade, o proveito proveniente da derrama para o Município duplicou. Por isso, apesar de poder considerar-se que os incentivos fiscais também poderão ser um suporte à captação de investimento, o certo é que não são o elemento determinante. -----

Apesar de reconhecer que seria simpático isentar todas as empresas de derrama, o problema é que não é possível, em lugar nenhum do mundo, e isto até pode parecer demagogia, criar riqueza e fazer ação social sem tributar aqueles que geram mais riqueza. Neste caso, sabendo que todas as empresas que faturem até 150 mil euros estão isentas, só as maiores empresas que trabalham no concelho – e não todas – fazem o esforço. Por outro lado ainda, muitas vezes as empresas laboram num concelho mas têm a sede noutro local e o concelho acaba por não beneficiar disso. Neste sentido estão a tentar convencer os empresários a optarem por sedear as empresas no concelho de forma a serem tributadas em Paredes de Coura. Tem acontecido que além das fábricas que estão a ser construídas no concelho há outros investimentos na calha que brevemente poderão ser anunciados e acabarão por constatar a quase irrelevância da carga fiscal imposta. Disse não querer dizer que os argumentos de José Augusto Sousa não sejam aceitáveis porque são respeitáveis e são formas também de encarar a atividade económica. Mas o que é facto é que continuam a captar investimento, continuam a aumentar o lucro tributável. As empresas com sucesso estão a gerar riqueza, a criar postos de trabalho e se o Município puder arrecadar alguma da receita, para, depois, investir em programas de educação, apostar na ação social, têm que tributar e tomar opções. Naturalmente que a tributação é importante para o concelho. Por outro lado, também compensam os empresários com um acompanhamento muito próximo. -----

Disse ainda acreditar que a coisa mais importante que a fiscalidade é a capacidade da Câmara responder aos anseios dos empresários. Ainda hoje resolveram três problemas de empresários e isso para eles é que vale dinheiro. Porque não adianta falar em custos de contexto, Portugal já é



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

competitivo nessa matéria. Acha que se tiverem a velocidade institucional e a capacidade de ajuda-los, eles pagam derrama e, alguns, até com alguma simpatia, porque sabem que também estão a dar um contributo à terra que os ajuda. Disse não querer dizer que tenha mais sabedoria mas se esta política estivesse errada o que era normal era que a tributação ligada à derrama estivesse em decrescendo e o investimento a descer e não a subir, como está. -----

**José Augusto Sousa (PSD)** disse que a tributação em IRC está a subir em todo o país, basicamente, fruto da eficácia da máquina fiscal e não acontece só em Coura mas na generalidade do país e a derrama é uma parte do IRC.-----

É verdade que é não é o único fator decisivo do investimento. É uma taxa que se aplica a uns e não se aplica a outros. Que não se pode dizer que é para financiar a educação que como vimos a Câmara Municipal decidiu investir na educação 950 mil euros e com a derrama não era vinte anos mas a dez, adequando as coisas umas às outras. -----

Esta é a política definida, maioritariamente, do ponto de vista ideológico dos partidos de esquerda, o aumento da tributação com o argumento de redistribuição que depois sabem que não é tanta redistribuição quanto isso senão, o efeito seria positivo na economia. É uma questão mais política. O PSD entende que para promover mais a modernização das organizações económicas do concelho, a Câmara deveria abdicar da derrama, mas o PS entende que não. -----

**Presidente da Câmara:** Disse ter a noção, se calhar pequena por ser formado em História, que as grandes quantias se fazem sempre com pequenas arrecadações e por isso é que, sendo as fontes de receitas da Câmara exíguas e muito circunscritas, se começarem a fragilizar o lado da receita não têm dinheiro nem para honrar os compromissos quanto mais para investimento. Agora naturalmente que são posições e é por isso que existe política. -----

**Submetida à votação, a proposta para lançamento de derrama, para o ano de 2017, nos termos do artigo 18º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro foi aprovada, por maioria, com 24 votos a favor, sendo 18 do PS, 05 do PSD e 1 do PCP; e 7 votos contra sendo do 6 do PSD (José Augusto Sousa; Luís André Varajão Alves; Elisabete Bernardina Barbosa Gama; Hélder António de Barros Moreira Pedreira; Dinis António Sá Fernandes Pereira; Maria Rosa Araújo Ribas; 1 independente (Amândio Pinto). -----**

### **= IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS =**

**Ponto n.º 10 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2017, em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, e 0,7 % para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI). -----**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**José Augusto Sousa (PSD):** Considerou poder ser extemporâneo estarem a discutir estes pontos por não saberem, ainda, o que reserva o Orçamento de Estado, quanto a estes impostos. Não sabem se vão manter estes valores ou se vão autorizar a fixar valores abaixo das taxas mínimas fixadas no CIMI. Caso haja alguma condição de exceção entende que deve ser usada relativamente ao IMI, em Coura, em particular, nos prédios urbanos já avaliados. -----  
Disse que votavam a favor, salvo se for criado algum regime de exceção que o município possa vir a adotar para redução da taxa do IMI. -----

**Presidente da Câmara:** Em relação a matéria de fiscalidade naturalmente que podem utilizá-la como instrumento de apoio, seja às famílias, às pessoas, às empresas, desde que isso não fragilize o lado da receita. Obviamente que há Câmaras que recolhem valores inimagináveis de IMI e têm mais flexibilidade para gerir a fiscalidade. Uma autarquia como a de Paredes de Coura, com receitas muito mais definidas e cada vez mais com competências transferidas pelo governo, sem a respetiva transferência financeira, exige, naturalmente, uma gestão muito rigorosa e sensata. -----  
Admitiu que se estivesse na oposição podia apelar a uma fiscalidade mais agressiva e não via aí algum mal, por isso não podem culpar o PSD. -----  
Recordou o lapso que aconteceu este ano, em que os emigrantes que não declararam rendimentos em Portugal entraram no grupo de automaticamente isentos. Neste caso, o Município de Paredes de Coura perdeu 243 mil euros. Acredita que sejam recuperados, porque como disse José Augusto Sousa, a máquina fiscal está cada vez mais apertada. -----  
Não quer dizer que as propostas do PSD em matéria de fiscalidade não sejam aceitáveis ou até compreensíveis. Só quem gere uma câmara e não está a dizer que eles não gerem mas, naturalmente, não gerem tanto os problemas, porque se estivessem cá admitia que deviam ter uma fiscalidade diferente, já que uma das bandeiras do PSD é a gestão rigorosa das contas. -----  
Naturalmente, se fragilizarem muito a receita, depois não têm capacidade e, considerou não ser política barata o fazer ação social porque, se não há riqueza não podem fazer o bem, nem prestar ajuda àqueles que mais necessitam. -----  
Ainda ponderaram este ano, no rigor financeiro, executar obras para as juntas e não conseguiram, para mal dos presidentes de junta. -----  
Naturalmente que muito foi investido e o concelho de Paredes de Coura é um concelho que se tem feito com investimento, só que, depois na contração têm que fazer uma inversão. O que está a acontecer é que as contas da Câmara caminham no bom sentido. -----  
Considerou que, se porventura estivesse na oposição também fazia política porque essa é uma medida que estão a advogar, mas pode acontecer que se o fizessem este ano, não seriam tão acusados de demagogia e oportunismo. Não quis dizer que não o faria, mas atendendo às circunstâncias, nesta altura, não o podem fazer. Quanto ao IMI familiar se para o ano, em contexto de eleições, o adotassem, naturalmente que estariam sujeitos a aproveitamento político, o que seria legítimo. Mas, se a gestão é rigorosa têm de assumir as opções políticas que daí advém. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Agora, imaginando, mais competências, mais dinheiro, 243 mil euros que ainda não chegaram aos cofres, que admite que cheguem mas nesta altura, com a Lei dos Compromissos que não permite grande flexibilidade financeira ou grande criatividade contabilística, naturalmente que tudo isto acaba por criar opções políticas, que não diz que sejam as melhores mas são aquelas em que acreditam. ---

**Submetida à votação, a proposta de fixação das taxas de Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2017, em 0,3% para os prédios urbanos já avaliados, e para 0,7% para os prédios urbanos, nos termos do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis (CIMI) foi aprovada, por unanimidade.** -----

### PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS=

**Ponto n.º 11 - Apreciação, discussão e votação de uma proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2017, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro.-----**

**José Augusto Sousa (PSD):** Acerca da participação variável no IRS, disse que o PSD tinha uma posição definida há muito tempo, entendia que a Câmara Municipal deveria abdicar dos 5% em vez de só 2% mas votava a proposta favoravelmente. -----

**Submetida à votação, a proposta de fixação em três por cento da participação variável no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no município para vigorar no ano de 2017, nos termos do nº2 do art.º 26º da Lei nº 73/2013, de 03 de setembro, foi aprovada por unanimidade.**

### = 2ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E PPI DA CM DE 2016 =

**Ponto nº 12 Apreciação, discussão e votação da proposta de 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, do ano de 2016.--** -----

**Presidente da Câmara:** relativamente aos pontos 12 e 13 disse que a segunda revisão ao Orçamento Municipal era destinada a integrar o saldo de gerência de 2015 assim como a despesa e receita da candidatura aprovada para reabilitação da escola secundária e a terceira revisão destina-se a integrar a despesa em anos seguintes do contrato de locação financeira para a aquisição do autocarro. -----

**José Augusto Sousa (PSD):** Concordou com as revisões ao orçamento em discussão e referiu que a terceira se destina a dar corpo às obras de escola secundária. Disse querer deixar uma nota positiva quanto à situação financeira da Câmara, incomparavelmente melhor do que a anterior atentando a adesão ao PAEL, a contenção, que em determinados momentos, considerou exagerada, mas que motivaram uma alteração substancial para a melhorar. Fez votos para que esta melhoria clara, possa de forma mais abrangente permitir a execução de obras necessárias em todo o concelho. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Submetida à votação a 2ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, do ano de 2016, foi aprovada por unanimidade. -----

O ponto número 12, para efeitos imediatos, foi aprovado em minuta, por unanimidade. -----

### = 3ª REVISÃO AO ORÇAMENTO MUNICIPAL E PPI DA CM DE 2016=

Ponto n.º 13 - Apreciação, discussão e votação da proposta de 3.ª Revisão ao Orçamento Municipal, no Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, do ano de 2016. -----

Submetida à votação a 3ª Revisão ao Orçamento da Receita e da Despesa e Plano Plurianual de Investimentos da Câmara Municipal, do ano de 2016, foi aprovada por unanimidade. -----

O ponto número 13, para efeitos imediatos, foi aprovado em minuta, por unanimidade. -----

### = INTERVENÇÃO DO PÚBLICO =

Ponto n.º 14 - Intervenção do público. -----

----- Não houve intervenções -----

### = ENCERRAMENTO =

----- E nada mais havendo a tratar foi encerrada a sessão pelo Presidente da Assembleia Municipal, pelo que de tudo, para constar, se lavrou a presente ata que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo presidente e pelas secretárias. -----